



**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL – PROGEM**



**PARECER nº 2017045/DL – PG**

**Da: PROCURADORIA JURÍDICA – PGM**

**Para: Comissão Permanente de Licitação**

**Processo Administrativo nº 7/2017-045/PMGP-DL**

**Modalidade: Dispensa de Licitação nº 045/2017/PMGP/SEMECD**

**EMENTA:** contratação direta, na Modalidade Dispensa de Licitação, contratação de serviço de transporte escolar, com alocação de veículos com condutor, tipo ônibus, micro-ônibus, vans e similares destinados ao transporte de alunos das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação, zona urbana e rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais em caráter de urgência. POSSIBILIDADE. ART. 24, IV, DA LEI N. 8.666/93.

**1. CONSULTA.**

Consulta-nos o Sr. Presidente da Comissão de Licitação para parecer jurídico prévio acerca do procedimento de dispensa de licitação com vistas à contratação direta para contratação de serviço de transporte escolar, com alocação de veículos com condutor, tipo ônibus, micro-ônibus, vans e similares destinados ao transporte de alunos das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação, zona urbana e rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais em caráter de urgência.

É o relatório, passamos a opinar.



**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL – PROGEM**



**2. PARECER.**

Para se chegar a uma conclusão balizada e segura sobre a questão, devem-se analisar a Legislação Federal e posições doutrinárias sobre a contratação direta com a Administração Pública.

Nesse sentido, verifica-se a Lei Federal n. 8.666/93 (Lei de Licitações e contratos) em seu artigo 24, item IV, in verbis:

**Art. 24.** *É dispensável a Licitação:*

*[...]*

**IV** – *nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 120 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.*

O que se verifica do supracitado dispositivo é um caso de exceção em que a Administração Pública pode contratar diretamente sem que haja necessidade de realização de um processo licitatório, ocorrendo a dispensa de licitação.

Como regra, a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviços se encontra obrigada a realizar previamente processo licitatório (inteligência do art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93).

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos basilares, o primeiro é o de estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do Poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.





**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL – PROGEM**



Do exposto, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que a licitação atende a duas finalidades essenciais: a primeira delas é permitir que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa ao interesse público. De outro lado, presta-se a permitir aos cidadãos, em igualdade de condições e sem privilégios, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra.

Com isso, evita-se que os agentes públicos, fazendo uso inadequado da máquina administrativa, obtenham, para si ou para outrem, vantagem ilícita decorrente da celebração de contratos administrativos, em evidente prejuízo para a *res publica*.

Todavia, existem certas situações em que o Administrador Público, embora podendo realizar o processo de licitação, em virtude da existência de determinadas situações, poderá dispensar a realização do certame (discricionariedade), como são os casos previstos no art. 24 da Lei 8.666/93, são as hipóteses denominadas de licitação dispensável.

Noutros casos, o administrador se encontrará diante de situações, ora materiais, ora jurídicas, que o impossibilitarão de realizar a licitação, como nos casos previstos no art. 25 da mesma lei, são as hipóteses denominadas de inexigibilidade de licitação.

Vê-se, portanto, que a legislação fixa hipóteses de exceção à regra, oferecendo uma margem de ação ao administrador, diz-se então que a Administração Pública possui discricionariedade para contratar por inexigibilidade de licitação para os casos expostos.

Significa que o Poder Público age de acordo com a conveniência e oportunidade da situação, contudo sem ferir o ordenamento jurídico, uma vez que cumpre com os princípios gerais da Administração Pública, notadamente o da legalidade e eficiência.

Para melhor explicitar nossos argumentos vejamos o que pensa o Professor Marçal Justem Filho em sua obra Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 8ª Ed., p. 238:





**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL – PROGEM**



*Todos os ramos do Direito contêm regras específicas a propósito de situações emergenciais. No Direito Público, é ainda maior a relevância do fenômeno. Trata-se de manifestação do instituto da “necessidade”. Nele estão abrangidas todas essas situações de excepcionalidades, caracterizadas pelas anormalidades. A necessidade retrata-se na existência de situação fática onde há potencial de dano caso sejam aplicadas as regras padrão.*

Com base nas informações constantes dos autos do processo licitatório n. 7/2017-045/PMGP-DL e considerando as justificativas da Secretária de Educação, temos que os motivos para a presente dispensa são:

*[...] que esta administração publicou a licitação Pregão Presencial nº PP (SRP) 004/2017/PMGP, cuja abertura estava marcada para a data de 03/02/2017, porém, por motivos de interesse público, por fatos supervenientes, houve a necessidade da anulação da mesma, para correção de diversas incongruências verificadas no texto do edital.*

*[...] que um novo certame licitatório será lançado, mas, no entanto, as contratações não ocorrerão em tempo hábil para atender aos serviços de transporte escolar nesse primeiro período do ano letivo de 2017, cujas aulas já se iniciam em 13 de fevereiro de 2017.*

Diante desse quadro, constata-se que é de extrema necessidade a contratação de empresa para prestar serviço de transporte escolar, com alocação de veículos com condutor, tipo ônibus, micro-ônibus, vans e similares destinados ao transporte de alunos das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação, zona urbana e rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais no Município de Goianésia do Pará.

O intuito da dispensa de licitação está clara e configurada no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93, pois visa dar celeridade à regularização do estado de urgência de uma situação que não pode esperar decorrer os prazos de um processo licitatório normal, visto que o objetivo é a busca da agilidade no restabelecimento da ordem dos serviços a serem prestados à população, buscando assim minimizar os danos que a coletividade possa ter com a falta do transporte escolar.



**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL – PROGEM**



É interessante acrescentar que agindo assim, é importante se respaldar, demonstrando que esta contratação não é arbitrária, mas sim, uma licitação simplificada de fato, porém, não deixando de ser uma das fases do procedimento administrativo, conforme as justificativas acima apontadas.

Lembrando que a contratação do transporte público escolar atende não somente aos alunos da rede pública municipal, mas também aqueles da rede estadual de ensino dado através do convênio de nº 965516/2016, vigente desde meados do ano de 2016.

Dessa forma, considerando que a abertura de um processo licitatório para a contratação desses serviços demanda tempo, e que poderá ocasionar danos à educação dos alunos do Município, principalmente os residentes na zona rural, devido a grande distância entre suas residências e as escolas.

Considerando que tal fato caracteriza situação emergencial, que enseja a contratação direta dos serviços com a máxima urgência, como forma de garantir o indispensável serviço de transporte escolar;

Considerando que é impossível para o Município, em razão do prazo, como acima já demonstrado, realizar uma licitação em tempo a acudir as necessidades destes serviços;

Considerando ainda que o gestor não pode se omitir em tomar todas as medidas cabíveis e legais, de modo a garantir o direito sagrado à educação;

Estão mais que presentes as razões para a contratação direta, por dispensa de licitação, dos serviços, apresentando os necessários fundamentos fático-legais, uma vez que entendemos ser esta uma situação emergencial, onde não seria tolerável a falta de ação (omissão) deste Poder Executivo Municipal.





**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL – PROGEM**



**3. CONCLUSÃO**

Nesse sentido, caracterizada está a urgência da contratação, haja vista que a realização de um certame licitatório para contratação do serviço, demandaria um determinado tempo que inviabilizaria uma rápida e efetiva atuação administrativa que resultasse na redução dos riscos acima elencados.

Assim, esta Procuradoria Jurídica entende ser plausível os argumentos constantes nos autos, restando tal procedimento justificado, conforme possibilita o art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação direta da empresa apontada para prestar os serviços de transporte escolar do Município de Goianésia do Pará/PA.

É o parecer.

Goianésia do Pará/PA, 10 de fevereiro de 2017.

**André Simão Machado**  
**PROCURADOR GERAL – PGM**  
**DECRETO 0012/2017/GB/PMGP**